



Caderno de Provas

COM 43 – NS

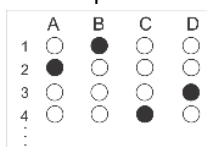
PROFESSOR FUNDAMENTAL II – ENSINO RELIGIOSO

Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

Quem tem medo da liberdade de expressão?

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

01. É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

02. A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

03. O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

04. No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

05. Considere o período a seguir.

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

06. Considere o trecho a seguir.

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

07. Considere o trecho a seguir.

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

08. Considere o trecho a seguir.

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

10. Considere os trechos a seguir.

A

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

B

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. Sobre a teoria da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, destacam-se, principalmente, as abordagens cognitivas do construtivismo e do sociointeracionismo. Considerando os estudos de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon, respectivamente, é correto afirmar:
- A) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia genética e a construção do conhecimento se dá por meio de estruturas mentais e cognitivas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo dialético, periódico, com irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é organicamente social. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada na psicogênese da pessoa completa.
 - B) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia social e a construção do conhecimento se dá por meio de etapas definidas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo biológico e regular no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é definida organicamente. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada no desenvolvimento biológico.
 - C) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz das relações sociais e a construção do conhecimento se dá por meio de características psicológicas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo dialético, definido pela genética, com regularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais e biológicas, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais inferiores. Para Wallon, a genética é organicamente social e biológica. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada nas relações sociais apresentadas.
 - D) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia genética e a construção do conhecimento se dá por meio de estruturas biológicas predeterminadas no processo do desenvolvimento humano. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo linear e biológico, com regularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é organicamente definida pela estrutura biológica. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada na psicogênese da pessoa completa.
12. O planejamento educacional e de ensino é fundamental para estruturar o trabalho pedagógico. Sobre essa assertiva, é correto afirmar:
- A) os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo da coletividade e da coordenação da gestão escolar, articulada ao trabalho discente, determinado pelo ambiente educativo e e pela problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - B) os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - C) Os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo de racionalização, organizado pelos docentes para coordenar a ação discente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - D) Os elementos constitutivos do planejamento escolar estão dissociados das influências sociais e políticas. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação discente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.

13. Sobre as Diretrizes para a Educação Básica no Brasil, o Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021, que dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação, define, em seu Art. 1º:
- A) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão privada para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre estados da região Norte, articulados horizontalmente, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - B) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão privada para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre estados da região Nordeste, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - C) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação e da saúde. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e à saúde pública no desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - D) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
14. A metodologia do ensino e aprendizagem é fundamental no planejamento e no desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico. Os métodos de ensino dizem respeito às ações
- A) docentes pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos do trabalho docente em relação à aprendizagem dos conteúdos trabalhados, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos alunos.
 - B) pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos do trabalho pedagógico dos gestores escolares em relação à aprendizagem dos docentes, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades psicológicas e operativas dos docentes.
 - C) pedagógicas pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos dos gestores escolares em relação à aprendizagem dos alunos e de suas famílias, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas de todos.
 - D) docentes pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando o alcance dos objetivos do trabalho docente em relação à aprendizagem dos conteúdos trabalhados, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento biológico e das capacidades psicológicas dos alunos.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

15. A avaliação da aprendizagem envolve diferentes funções, entre elas, a diagnóstica, a formativa e a somativa. Sobre a função formativa da avaliação, é correto afirmar que ela deve ser realizada
- A) no início do processo de ensino, observando-se o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para que a aprendizagem ocorra, quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando ao professor repensar o planejamento de suas aulas.
 - B) no final de uma unidade de ensino ou de uma disciplina, avaliando o estudante dentro de um contexto classificatório, observando-se o desenvolvimento dos alunos, com objetivo na classificação dos níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.
 - C) durante todo o período letivo, observando-se o desenvolvimento da aprendizagem do estudante quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando ao professor repensar o planejamento de suas aulas.
 - D) durante todo o período letivo, observando-se o desenvolvimento da aprendizagem docente, quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando à equipe gestora o repensar do planejamento das aulas.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR FUNDAMENTAL II –
ENSINO RELIGIOSO**

- 16.** De acordo com o Art. 33 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, o Ensino Religioso integra a formação básica do cidadão, constituindo-se como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Desse modo, é de matrícula
- A) facultativa e deve assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, podendo haver proselitismo, se ofertada em escolas indígenas.
 - B) obrigatória e deve assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo.
 - C) facultativa e deve assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo.
 - D) obrigatória e deve assegurar, sempre que possível, o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo.
- 17.** De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/1996), a regulamentação, os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e o estabelecimento de normas para a habilitação e admissão dos professores será de responsabilidade, conforme o § 1º,
- A) dos sistemas de ensino.
 - B) dos sistemas municipais de ensino.
 - C) dos sistemas estaduais e distrital de ensino.
 - D) dos Conselhos das Igrejas do Brasil e do Ministério da Educação.
- 18.** Para a definição dos conteúdos do ensino religioso, conforme dispões o § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, deve-se ouvir
- A) as entidades religiosas e os representantes da sociedade civil.
 - B) as entidades civis e os representantes de escolas confessionais.
 - C) as entidades civis, constituídas pelas diferentes denominações religiosas.
 - D) as entidades civis, indicadas pelas instituições pertencentes às escolas confessionais
- 19.** De acordo com Costa (2013), para os estudantes da faixa-etária entre 12 e 13 anos, alguns conceitos de cultura e de religião ainda não estão bem definidos ou compreendidos, necessitando de exemplos práticos e que se aproximem da sua realidade, como explorar a tradição religiosa vivenciada no contexto sociocultural dos respectivos estudantes. Desse modo, o planejamento de ensino para essa situação específica deve levar em conta
- A) a integração de componentes curriculares de outras disciplinas.
 - B) a tradição religiosa apenas da maioria dos estudantes da sala de aula.
 - C) a definição de um aspecto da tradição religiosa local com base na realidade dos estudantes.
 - D) a definição de atividades de pesquisa e de mapeamento sobre a tradição e as potencialidades da tradição religiosa local.

20. Considere o trecho a seguir.

Temos então três pontos chaves a serem lembrados neste documento norteador para o ER: 1) o conteúdo e o objetivo geral da disciplina devem contemplar a visibilidade e respeito da diversidade religiosa brasileira; 2) É proibido qualquer proselitismo, ou seja, propagandas ou indução por parte do docente de quaisquer crenças religiosas; e 3) os dois pontos anteriores norteiam o ER de forma que este contribua para a formação do cidadão de um Estado Democrático de Direito, e não de um religioso (COSTA, 2013, p. 13).

Nesse trecho, o autor sugere três pontos que devem ser contemplados no Ensino Religioso no Brasil:

- A) respeitar a pluralidade religiosa do Brasil; não praticar acepção de crenças no exercício do ofício docente; e, valorizar e aplicar o ensino religioso para formar o cidadão no contexto do Estado Laico.
- B) respeitar as diferentes religiões que são professadas exclusivamente no Brasil; não praticar acepção de crenças no exercício do ofício docente; e, valorizar e aplicar o ensino religioso para formar o cidadão cristão no contexto do Estado Laico.
- C) respeitar a pluralidade religiosa do Brasil, não devendo-se falar em igrejas; não praticar acepção de crenças no exercício do ofício docente; e, valorizar e aplicar o ensino religioso para formar o cidadão no contexto do Estado Laico.
- D) respeitar a natureza confessional das escolas; praticar acepção de crenças no exercício do ofício docente; e, valorizar e aplicar o ensino religioso para formar o cidadão no contexto do Estado Laico e das religiões.

21. Nos estudos de Costa (2013), constata-se que o Ensino Religioso possui caráter *interdisciplinar*. Por isso, deve abordar conteúdos e objetivos que são próprios das disciplinas acadêmicas que toma por base. Assim, o Ensino Religioso tem os fundamentos acadêmico-científicos na

- A) Antropologia das Religiões.
- B) Filosofia das Religiões.
- C) Ciência da Religião.
- D) Filosofia e na Teologia.

22. Historicamente, o Ensino Religioso no Brasil caracterizou-se por diferentes abordagens teórico-metodológicas. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no geral, o viés predominante foi

- A) cristão e laico.
- B) teológico e filosófico.
- C) conservador e progressista.
- D) confessional ou interconfessional.

- 23.** De acordo com os marcos normativos e em consonância com as competências gerais previstas pela BNCC, o Ensino Religioso deve atender aos seguintes objetivos: a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; e o último objetivo é
- A) contribuir para que os educandos escolham a religião que desejam professar.
 - B) contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.
 - C) contribuir para que as religiões estabeleçam os sentidos pessoais de vida dos educandos a partir de valores, princípios éticos e visão de cidadania que cada religião concebe.
 - D) contribuir para que os educandos concluam o ensino fundamental conscientes da necessidade de definir uma crença religiosa.
- 24.** Conforme estabelece a BNCC, o Ensino Religioso deve tratar os conhecimentos religiosos, tendo, como ponto de partida, os pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, sendo necessário abordar os conhecimentos com base nas diferentes e diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar, conforme a Base,
- A) a existência do cristianismo.
 - B) a existência do hinduísmo.
 - C) a existência de filosofias seculares de vida.
 - D) a existência da teologia do judaísmo.
- 25.** Para a BNCC (2018, p. 438), “[...] o ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural”. Nessa acepção, o sujeito é constituído como
- A) ser de imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica).
 - B) ser puramente de imanência (dimensão concreta, biológica).
 - C) ser puramente de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica).
 - D) ser de alma, de corpo e de espírito.
- 26.** De acordo com a BNCC, os rituais religiosos, geralmente, se realizam coletivamente em espaços e territórios que são estabelecidos como sagrados (montanhas, mares, rios, florestas, templos, santuários, caminhos, entre outros). A apropriação desses espaços para o desenvolvimento e a vivência das respectivas identidades religiosas define-se como apropriação
- A) simbólico-cultural.
 - B) divino-cultural.
 - C) do simbólico-divino.
 - D) do sagrado e do profano.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

27. Para atuar no 1º ano do Ensino Fundamental, as unidades temáticas e os objetos de conhecimento estabelecidos pela BNCC são, respectivamente:

- A) identidades e alteridades (o eu, a família e o ambiente de convivência); e manifestações religiosas (sentimentos, lembranças, memórias e saberes).
- B) identidades e alteridades (espaços e territórios religiosos); e manifestações religiosas (sentimentos, lembranças, memórias e saberes).
- C) identidades e alteridades (ritos religiosos; e manifestações religiosas (sentimentos, lembranças, memórias e saberes).
- D) identidades e alteridades (o eu, o outro e o nós; imanência e transcendência); e manifestações religiosas (sentimentos, lembranças, memórias e saberes).

28. Considere o quadro a seguir, que descreve, conforme estabelece a BNCC, a Unidade Temática e os Objetos de Conhecimento para se trabalhar com o Ensino Religioso.:

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Crenças religiosas e filosofias de vida.	Narrativas religiosas.
	Mitos nas tradições religiosas.
	Ancestralidade e tradição oral.

O quadro descreve Unidade a Temática e os Objetos de Conhecimento para se trabalhar no

- A) 2º Ano do Ensino Fundamental.
- B) 3º Ano do Ensino Fundamental.
- C) 4º Ano do Ensino Fundamental.
- D) 5º Ano do Ensino Fundamental.

29. Nos estudos de Nogueira, Beise e Silva (2020), tratando sobre o Ensino Religioso Plural na Educação Básica, há a seguinte citação:

[...] foi o principal fundamento que referendou o seguinte postulado: o direito adquirido pelo cidadão de receber do Estado, educação escolarizada sobre o tema da Religião no contexto de laicidade do Estado. Essa matéria foi tratada na legislação complementar, Lei n.º 9.475, de 1997 (BRASIL/MEC, 1997), que alterou o artigo 33 da LDB de 1996 [...] (NOGUEIRA; BEISE; SILVA, 2020, p. 30).

Nessa citação, o principal fundamento a que os autores se referem é a garantia

- A) do estado laico.
- B) do ensino religioso.
- C) das liberdades religiosas.
- D) dos ritos religiosos nas escolas.

30. Para Nogueira, Beise e Silva (2020), atualmente, o ensino religioso no Brasil, vai se consolidando como uma área do conhecimento humano e de componente curricular, “[...] na busca pela autorrealização e pelo amadurecimento de todo o ser humano, na sua subjetividade” (NOGUEIRA; BEISE; SILVA, 2020, p. 39). Ainda de acordo com os autores, ao fazer parte da BNCC, o ensino religioso alcançou tais resultados, entre outros aspectos, pelos avanços

- A) do Ecumenismo.
- B) do Diálogo interreligioso.
- C) da Base Nacional Comum Curricular.
- D) do Estado Democrático e Social de Direitos.